



CIRO GOMES

“VAMOS USAR RECURSOS DO FGTS PARA ASSEGURAR CRÉDITO EDUCATIVO”

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo/Agência Estado



O candidato da coligação PPS-PDT-PTB, Ciro Gomes, propõe-se a assegurar crédito educativo “para todos os alunos carentes, estejam em universidades públicas ou privadas, para o que vamos utilizar recursos do FGTS”. Ele considera que o Brasil “ainda não aprendeu a fazer educação universal com qualidade mínima” e quer a municipalização do ensino fundamental

***“Minha proposta
é municipalizar
o ensino
fundamental”***

O candidato **Ciro** Gomes respondeu somente as perguntas relativas às questões educacionais. Sua assessoria forneceu a seguinte explicação: “As perguntas econômicas não foram respondidas porque, com a entrada na equipe do professor Scheinkman, **Ciro** está consolidando todas as suas propostas econômicas, utilizando a experiência e os pontos de vista de todos os assessores econômicos da equipe (que incluem, além de Scheinkman, o professor Mangabeira Unger e o economista Mauro Benevides Filho). Esta política econômica deverá estar consolidada daqui a uma semana.”

A seguir, as respostas:

Revista Adusp - Segundo a Unicef, 43% das crianças brasileiras entre 4 e 6 anos estão

fora da pré-escola. A educação infantil não é obrigatória por lei, mas proporcionaria melhor rendimento nos primeiros anos do ensino fundamental, pois reduz os índices de repetência e evasão. Por outro lado, só 32% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Como enfrentar esses graves problemas?

Ciro – O desafio da educação básica exige uma radical mudança na forma de atuação do Poder Público. Até 1950 a educação foi essencialmente limitada e, quase sempre, elitista. A partir de 1960, com a tendência à universalização, houve um descontrole da qualidade — e o resultado é um custo social elevado, enorme ineficiência e eficácia praticamente nula.

O Brasil ainda não aprendeu a fazer educação universal com

qualidade mínima. Por outro lado, as pressões para expandir tudo a qualquer custo e a toda velocidade, do pré-natal à educação da terceira idade, são irrealistas, e só contribuem para manter a diferença entre ricos e pobres. O que fazer?

Minha proposta é simples. No ensino fundamental, priorizar a qualidade. Isso implica regularizar o fluxo escolar, municipalizar o ensino e concentrar os mais de 22 bilhões de reais do ensino fundamental nos alunos de 7 a 14 anos. Isso daria para quase dobrar o salário dos professores e instituir políticas de gestão de qualidade, a começar pela alfabetização na 1ª série.

No ensino médio, é preciso encaminhar os alunos com mais de 17 anos para cursos supletivos associados à profissionalização, mesmo porque mais de 60% des-

“Educação pré-escolar tem dois aspectos: educativo e de custódia”

ses alunos já se encontram na PEA. Isso permitiria uma expansão gradual e com qualidade do ensino médio diurno — hoje as perdas na 1ª série no ensino médio são de mais de 50%.

O ensino médio regular também precisa ser diversificado e consistente com o princípio da terminalidade — e não subjugado ao ensino superior. Se os estados municipalizarem o ensino fundamental contarão com mais de 8 bilhões de reais para fazer face a uma expansão ordenada e gradativa do ensino médio — o que daria cerca de mil reais por aluno ano.

A educação pré-escolar tem dois aspectos: o aspecto educativo e o aspecto de custódia. Nenhum país do mundo, nem os mais ricos, possuem mais de 30% das crianças de 0 a 3 anos em creches ou escolas maternas, e só a partir dos anos 70 começou a expansão de oferta de educação infantil pré-escolar.

O desafio, no Brasil, é saber focalizar, nos mais pobres, formas de atendimento compatíveis com os recursos de que o país dispõe. Isso requer a des-escolarização do conceito de pré-escola, a adoção

de formas alternativas, flexíveis e viáveis de atendimento, e, sobretudo, a focalização.

Revista Adusp - O país tem hoje 20 milhões de analfabetos, quase 14% da população. Na América do Sul, só a Bolívia está em pior situação. Eleito presidente, o que o Sr. faria para mudar esse quadro vergonhoso?

Ciro - Há várias formas de quantificar o analfabetismo adulto. Se formos rigorosos e consistentes com os dados do Saeb, mais de 60% dos atuais egressos da 8ª série do ensino público são analfabetos funcionais. Portanto, estamos diante de um problema de vastíssimas proporções. A lição importante a ser tirada é uma só: não adianta tentar o impossível, o mais importante e prioritário é assegurar que as atuais e futuras gerações saiam da escola fundamental alfabetizadas para enfrentar as mudanças do futuro. Querer fazer tudo ao mesmo tempo, como nas políticas atuais, é fugir de ambos os problemas.

Revista Adusp - Nos últimos anos, o governo federal vem comprimindo as verbas destinadas às instituições federais de ensino superior, de sorte que as 52 IFES existentes recebem, juntas, dotação anual de cerca de R\$ 6 bilhões. Para efeito de comparação, as três universidades estaduais públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp) recebem dotação anual de R\$ 2 bilhões. Eleito, o senhor investirá no ensino superior público federal?

O Brasil pouco investe em pesquisa, e, nos últimos anos, as ver-

bas destinadas à pesquisa acadêmica por intermédio das agências de fomento vêm sofrendo sucessivos cortes. O Sr. está disposto a mudar esse quadro?

Ciro - O ensino superior público, no Brasil, afora hospitais universitários e pesquisa científica, consome cerca de 12 bilhões de reais. Isso significa que quase um terço das despesas públicas com educação são destinadas a cerca de 850 mil alunos — uma proporção de 25 vezes mais investimento do que no ensino fundamental e médio.

Qualquer decisão de investir num nível de ensino — dada a escassez de recursos — implica considerar seu impacto sobre outros níveis. No ensino superior meu governo pretende concentrar-se nas seguintes prioridades:

Primeiro, assegurar autonomia e flexibilidade para as instituições públicas, sobretudo as federais, trabalharem com maior eficiência.

Segundo, assegurar crédito educativo para todos os alunos carentes, estejam eles em universidades públicas ou privadas, para o que vamos utilizar recursos do FGTS.

Terceiro, ampliar recursos para a formação de doutores e pós-doutores no Brasil e exterior, sobretudo em áreas onde o Brasil precisa manter-se atualizado e promover avanços tecnológicos.

Quarto, ajustar as regras da lei de Incentivo para assegurar a participação dos grupos de excelência das universidades e instituições de pesquisa.